

País viabiliza potencial de energias renováveis

GIL FILIPE

Moçambique pretende entrar numa nova era na produção da energia eléctrica, através do aproveitamento integral das suas enormes potencialidades energéticas, que incluem, entre outras, as energias renováveis. É para a exploração destas energias que o país inaugura uma abordagem do sector.

Com efeito, o Governo de lançou recentemente o Programa para Leilões de Energias Renováveis (PROLER), o que representa uma nova visão para a exploração de oportunidades emergentes num sector definido como crucial para o desenvolvimento do país. A intenção de Moçambique, que conta com o apoio financeiro e técnico da União Europeia e do Governo francês, através da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), é de envolver o sector privado na promoção de um sub-sector que se apresenta transversalmente importante, porque envolve, entre mais, componentes sociais, económicas e ambientais.

Os leilões, concebidos como uma iniciativa inovadora no campo das novas energias, constituem uma estratégia do Governo para rentabilizar o sector. São um modelo de concursos públicos que visam, entre mais, promover a transparência e apurar as propostas de exploração mais bem elaboradas (incidindo sobre preceitos



Painel principal do programa PROLER: ministro Max Tonela (à esquerda), PR e o embaixador da UE

técnicos e de rentabilidade), conforme explicou na ocasião o Presidente da República, que participou em Maputo no lançamento do programa.

O PROLER, que se enquadra igualmente no plano governamental “Energia para Todos”, através do qual Moçambique pretende alcançar o acesso universal de electricidade até 2030, visa igualmente encontrar parceiros estratégicos para implementar projectos de produção de energias

renováveis que serão integrados na rede eléctrica nacional, explorada pela empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM). Segundo o Presidente Filipe Nyusi, até 2040 as renováveis deverão representar pelo menos 20 por cento da produção total de energia do país.

A Autoridade Reguladora de Energia (ARENE) será a entidade adjudicante dos projectos desenvolvidos no âmbito do programa PROLER os quais beneficiaram dos fundos mobilizados pela

União Europeia e da AFD, até 37,7 milhões de euros (mais de 3,26 mil milhões de meticais). Esta contribuição permitirá garantir a tarifa mais baixa na energia que será produzida no contexto do PROLER. Ela permitirá reduzir o risco e o custo associado a participação do capital privado neste tipo de empreendimentos por via de assistência técnica, a financiamento necessário à participação da EDM na parceria público-privada, a cobertura do custo de interligação

a rede nacional de transporte de energia, as medidas compensatórias do impacto ambiental e económico, e a garantia financeira não soberana para os contratos de compra-venda de energia.

A directora da AFD em Moçambique, Émilie Petereit, indica que com estas diferentes ferramentas, o objectivo é fornecer ao sector privado um pacote financeiro atractivo e proporcionar as melhores condições de financiamento que favoreçam a competi-

tividade do nível tarifário.

Os primeiros leilões no âmbito do programa PROLER abrangem projectos mapeados de centrais de produção solar de Dondo (em Sofala), Manje (Tete) e Lichinga (Niassa), que vão gerar 40 megawatts cada, e um parque eólico em Inhambane, com uma capacidade para entre 30 a 50 megawatts.

Segundo apurámos da entidade implementadora, o potencial total dos projectos abrangidos pelo leilão representará um contributo para as iniciativas desenvolvidas pelo Governo no campo do abastecimento da energia eléctrica.

O programa PROLER é, segundo o embaixador da União Europeia no país, Antonio Sánchez-Benedito Gaspar, uma das diferentes iniciativas financiadas por aquele bloco para apoiar o sector de energia e o sub-sector das renováveis em Moçambique, contribuindo com mais de 180 milhões de euros (mais de 15 mil milhões de meticais) no sector, estimando-se que venha alavancar fundos públicos e privados adicionais que poderão totalizar mais de mil milhões de euros (cerca de 86 mil milhões de meticais).

A AFD, por seu turno, destaca os projectos de energias renováveis em Moçambique, incluindo o projecto de reabilitação das centrais hidroeléctricas de Mavuzi e Chicamba em 50 milhões de euros (cerca de 4,3 mil milhões de meticais), prometendo continuar a apoiar a estratégia da EDM para este sub-sector.



O potencial nacional de energias renováveis pode contribuir grandemente para o alcance da segurança energética nacional

Parcerias público-privadas serão fundamentais

A aposta em fontes renováveis de produção de energia é igualmente parte de uma visão estratégica do Governo neste sector. Segundo o director nacional da Energia, Pascoal Bacela, Moçambique está a entrar para uma era em que mais eficazmente se pode responder às necessidades nacionais em termos de electrificação.

“Temos todas as condições para estarmos optimistas com estes projectos, porque eles são parte de uma visão mais ampla do sector de energia no país. O nosso país é vasto e tem

uma população dispersa. Responder às necessidades de energia por toda a população em todo o território nacional sempre representou desafios grandes, porque não temos recursos suficientes para integrar o país todo na rede eléctrica nacional”, comenta Bacela, fundamentando que “as renováveis trazem um complemento à grande ambição de electrificação que o país tem”.

Segundo o director, o presente permite ambicionar mais nesta componente, na medida em que a tecnologia tem avançado

e garante eficiência, para o que o Governo definiu parâmetros que permitirão um aproveitamento maior do potencial existente. Sublinha as parcerias público-privadas como o caminho a seguir para que se leve a bom porto esta ambição. “Temos motivos para acreditar no sucesso das energias renováveis em Moçambique. Com a definição de regras e de metas oferecemos ao sector privado a possibilidade de caminhar connosco (com o Estado) em parceria e juntos poderemos avançar”, afirma.

Preservar meio ambiente e garantir segurança energética

O Governo moçambicano aborda de forma holística o advento das energias renováveis como sub-sector a privilegiar no contexto da satisfação das necessidades energéticas nacionais. Para além da componente económico-financeira, que permite a eficácia no provimento de energia por exemplo às áreas recônditas, também representam o cumprimento da agenda climática nacional e global.

No âmbito do PROLER, a construção das centrais solares irá contribuir para reduzir as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera em 25 mil toneladas por ano, o que representa, por exemplo, um contributo do país para a agenda ambiental global. Moçambique, que através das indústrias e de outros sectores, incluindo o de produção de energia, emitiu, em 2018, cerca de 9,9 mil toneladas métricas, segundo directórios científicos internacionais.

Ainda que Moçambique seja dos países menos poluentes do mundo – e por isso dos maiores contribuintes para a protecção da

atmosfera – é meta do país cumprir a sua agenda de desenvolvimento com o mínimo dano possível ao meio ambiente, conforme acordado em Paris em 2015 na Cimeira Mundial do Clima.

Se as quatro centrais têm esse contributo para a preservação do clima, ao apostar em mais, dado o potencial existente, Moçambique estará contribuindo grandemente para a preservação do meio ambiente, um dos pontos principais da agenda global.

A União Europeia, que tem sido o principal actor global na questão da mitigação das mudanças climáticas e protecção do meio ambiente, olha para o potencial de Moçambique para dar um contributo ainda maior nesta questão via sector energético. Segundo afirma Jesús Gavilán, gestor do Programa da Energia na Delegação da União Europeia em Moçambique, o país vai, para além de cumprir as suas ambições, tornar-se cada vez mais importante na segurança energética regional.

“Olhamos para o potencial de Moçam-

bique como produtor de energias limpas como um grande contributo para a agenda climática actual e ao mesmo tempo para o futuro. O nosso compromisso será o de continuar a apoiar este parceiro numa questão em que para além de estar a contribuir para o seu próprio desenvolvimento, estará a contribuir, com fontes de produção de energia limpa, para a preservação do ambiente”, apontou.

Jesús Gavilán destaca ainda que com o potencial energético nacional, incluindo o das renováveis, Moçambique está em condições de contribuir mais para o acesso universal à energia dentro das suas fronteiras bem como para a segurança energética da África Austral. O gestor conclui que com o recurso as energias renováveis o país tornara-se ainda mais resiliente frente as ameaças e impacto das mudanças climáticas por em quanto as oportunidades de criação de riqueza e emprego aumentaram para a sociedade moçambicana e em particular para os jovens e as mulheres.



Presidente Nyusi afirma que até 2040 as energias renováveis deverão representar pelo menos 20 por cento da produção total nacional de energia eléctrica

Projectos ajudarão a responder à demanda nas zonas recônditas

A demanda nacional pela energia eléctrica tem vindo a crescer nos últimos anos, embora apenas 31 por cento da população de Moçambique tem acesso ao recurso. O Governo pretende responder a esta necessidade com acções que assegurem que até 2030 a electricidade esteja disponível tanto para o consumo doméstico, comunitário e produtivo. Por outras palavras, pretende-se que todos os distritos, localidades e povoações tenham acesso à electricidade.

Para o efeito pretende-se rentabilizar o potencial nacional existente, tornando mais eficiente e maximizando o seu aproveitamento. A EDM enquadra nesta premissa a importância do PROLER.

Segundo o administrador do pelouro de Desenvolvimento de Negócios daquela empresa pública, Pedro Nguelume, a produção de energias com recurso às fontes renováveis ajudará a sustentar os efeitos da demanda pelo recurso sobretudo nas zonas mais recônditas, em que se deve efectuar investimentos avultados para garantir a electrificação.

“Na nossa perspectiva, um dos aspectos importantes do recurso das energias renováveis é o de ajudar a garantir que a qualidade da energia seja boa e que possamos responder à demanda sem grandes investimentos a nível da rede de transporte”, explicou, complementando que no paradigma actual, para além de se investir ape-

nas na componente da energia em si, é necessário custear também a infra-estrutura de transporte.

As centrais fotovoltaicas de Dondo, Manje e Lichinga e a eólica de Inhambane contribuirão, assim, para que os projectos de electrificação nas áreas à sua volta sejam materializados a custos relativamente baixos.

Pedro Nguelume explicou, por outro lado, que o investimento do Governo e parceiros em projectos de energias renováveis ajuda Moçambique a diversificar a matriz energética nacional e a assegurar que as tarifas do recurso sejam competitivas. “A nossa expectativa é que esses projectos tragam uma melhor tarifa e beneficiem tanto a EDM como ao público”, complementou.